





Entrevista

JOSÉ CAPELA
Propus-me uma investigação retroactiva
que me esclarecesse



José Capela

“Propus-me uma investigação retroactivada que me esclarecesse”

Entrevista conduzida por **Maciel Santos**

25 de Maio de 2010, Porto

No que respeita às pesquisas sobre sistemas de trabalho forçado e tráfico de escravos, o entrevistado deste número é certamente o investigador português mais citado internacionalmente.

Autor de uma obra emblemática para Moçambique, que começou ainda antes de 1974 com a publicação de “Moçambique pelo seu povo” (1ª edição, 1971), José Capela desenvolveu em seguida um trabalho pioneiro, que culminaria com o “O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique”, Porto, 2002.

Mais recentemente ainda divulgou parte da sua imponente base de dados no ficheiro electrónico “Dicionário de Negreiros em Moçambique, 1750 – 1897” (www.africanos.eu) e permanece como um dos mais produtivos investigadores do CEAUP.

A entrevista que se segue pretende apenas evidenciar algumas etapas – e detalhes menos conhecidos – duma carreira marcante.

Maciel Santos (MS) – Vamos começar pelo que o levou a entrar no campo historiográfico “Trabalho Forçado Africano”. A sua ida para Moçambique foi determinante nesta escolha?

José Capela (JC) – Tudo parte daí.

MS – Em que ano chegou a Moçambique?

JC – Em Fevereiro de 1955. No meio em que me integrei o trabalho forçado era um tema recorrente, uma realidade do quotidiano.

MS – Incluía por exemplo o que localmente se chamavam «exportadores de cabeças de alcatrão», não é verdade?

JC – Essa foi a expressão utilizada para me apresentarem dois jovens recrutadores de mão-de-obra para a África do Sul. Dentro de Moçambique, todas as grandes empresas, muito particularmente as empresas de plantação, dispunham de recrutadores profissionais que talavam o interior à cata de trabalhadores. Socorriam-se dos administradores e chefes

de posto que peitavam. Prática corrente. Mal remunerados, muitos desses agentes de autoridade, de férias em Portugal, exibiam trens de vida publicamente comentados. As grandes empresas estatais, das quais a mais relevante era a dos Portos e Caminhos de Ferro, também recorriam à prestação de trabalho forçado. Na linguagem corrente, em contraste com o trabalhador «voluntário», havia o «contratado», isto é, o forçado. Este instruído seguir ao destino como «voluntário». Nos cais do porto da Beira, recorrendo ao equívoco semântico, os europeus divertiam-se em diálogo com os africanos:

– Você é «contratado» ou voluntário?

– Nosso é «voluntário».

– Então veio trabalhar por que quis ...

– Não, patrão; nosso veio obrigado!...

A situação foi evoluindo e à medida que as empresas iam melhorando as condições de trabalho, na mesma medida iam beneficiando da oferta do trabalho verdadeiramente voluntário. No entanto, e dada a procura de mão-de-obra intensiva nas grandes companhias de plantação – de que eram exemplo as açucareiras – não dispensavam o trabalho forçado. Mantinham

os recrutadores e nem sequer eram respeitadas as normas legais estabelecidas para o recrutamento. Socorriam-se de perversidades tais como interpelarem o passante, extorquirem-lhe a caderneta e denunciarem-no ao administrador como indocumentado, logo remetido para o trabalho forçado. Instituição ilustrada por um sem número de episódios tão picarescos quanto macabros. Inexperiente, imediatamente antes de seguir para África, tinham estado em Portugal, em visita oficial, um grupo de «régulos» de Moçambique recebidos em audiência por Salazar. Fiquei desde logo intrigado com a reacção de um colono de férias a quem exaltei a dignidade reconhecida àquelas autoridades tradicionais. Respondeu-me: “Régulos?! Despacham-se com umas palmatoadas do administrador.”

MS – E no entanto já alguma coisa tinha mudado nesses anos - pelo menos oficialmente, - em relação aos primeiros tempos da ocupação colonial

JC – Claro que sim, houve uma evolução. Visitei uma vez uma escola agrícola instalada em antiga quinta de colono europeu, que tinha possuído várias. Interroguei o director sobre como podia esse colono ter feito tantas quintas em tão pouco tempo: “Era no tempo em que se não pagava aos pretos!” – respondeu-me. O trabalho forçado, em princípio e legalmente, era remunerado. Mas havia perversões da parte dos empresários. Um madeireiro contou-me as dificuldades com que se deparava nos concursos públicos uma vez que havia concorrentes excluindo da orçamentação respectiva os encargos de mão-de-obra forçada que utilizavam. O que faziam, contando desde logo com o abandono do trabalho por parte dos recrutados antes do final do contrato devido à falta de pagamento e de alimentação. Esta e muitas outras perversidades eram recorrentes dentro de um sistema legal ele próprio intrinsecamente perverso. Foi tudo isso que me levou a interrogar-me sobre como é que semelhante sistema ali se havia instalado. Pelo que me propus uma investigação retroactivada que me esclarecesse.

MS – Na altura em que se começou a interessar por estes fenómenos, trabalhava na Beira no jornal «Diário de Moçambique». Esse tipo de trabalho tornou mais fácil a investigação?

JC – Era chefe de redacção, situação privilegiada no que respeitava a informação em geral, nela incluindo as relações sociais e de produção vigentes. No entanto, a carência de condições e de meios tanto materiais como humanos para a produção de um jornal diário impediram liminarmente que me dedicasse a tal tipo de investigação. Mais tarde, nos anos sessenta, com melhores condições de trabalho, projectei debruçar-me sobre a história desse trabalho forçado, nomeadamente nas grandes companhias de plantação, tais como a Sena Sugar Estates.

MS – Mas, uma vez que o Arquivo Histórico se encontrava na então Lourenço Marques, como pôde fazer trabalho de arquivo durante o período que esteve na Beira?

JC – De facto não estava em condições de proceder a qualquer investigação no Arquivo Histórico pelas razões de trabalho já apontadas. Mas na Beira, onde residia e trabalhava, creio bem que teria sido possível um primeiro ensaio nessa área historiográfica que me intrigava: quer em documentação da antiga e majestática Companhia de Moçambique, porventura existente no Governo da Província de Manica e Sofala, quer nas companhias herdeiras dessa Majestática.

MS – Chegou a fazer algum inquérito na instalações da “Sena Sugar”?

JC – Não, nem fiz investigação sistemática sobre essa ou outra companhia no tempo em que permaneci no jornal. Fiz visitas à Sena Sugar para uma abordagem inicial. Mas os acontecimentos em que o «Diário de Moçambique» se viu envolvido, nomeadamente suspensões, a morte do fundador* e as diligências políticas e outras no sentido de o encerrar, levaram-me ao abandono e ao regresso a Portugal. Comigo carreei essa curiosidade inicial.

* D. Sebastião de Resende, bispo da Beira.

“Moçambique pelo seu Povo”

MS – Em que ano exactamente regressou a Portugal?

JC – Regressei ao Porto em 1968. O interesse pelo tema colonial e a efervescência provocada pela guerra nos meios que passei a frequentar, como era o caso da cooperativa Confronto e da sua congénere, a editora Afrontamento, constituíram um estímulo definitivo ao desenvolvimento daquela curiosidade inicial. Desde logo o êxito inesperado da publicação em livro de cartas de leitores do semanário «Voz Africana» cuja edição, ainda em Moçambique, havia repostado.

MS – “Moçambique pelo seu Povo”?

JC – Exactamente. Nessa altura, já eu procedia a uma investigação incipiente. Depois foram as descobertas que fui fazendo à medida que ia consultando a documentação. Um universo ignorado que me deixava extasiado.

MS – Refere-se à documentação que encontrou na Associação Comercial do Porto?

JC – Também, mas não só. Antes disso e sobretudo na imprensa dos fins do século XIX deparei-me com a questão recorrente do “Vinho para o preto”, questão essa que se mantinha na segunda metade do século XX e que já havia abordado jornalisticamente no “Diário de Moçambique”. Conforme pude apurar mais tarde esse livrinho teve não pouca repercussão nos meios da FRELIMO, então em acção a partir da Tanzânia. Mais do que dimensão económica, a representação social e política. Com tais curiosidades alargadas e explicitadas, em 1978 fui convidado a regressar a Moçambique.

MS – Foi como adido cultural, não é verdade?

JC – Fui como adido cultural à Embaixada de Portugal. Pelos contactos que lá mantinha beneficei de acesso privilegiado aos arquivos de Maputo. Em primeiro lugar ao Centro de Documentação e Informação de Moçambique

(CEDIMO) organizado pelo Ilídio Rocha onde, com a maior surpresa, fui encontrar a imprensa do espectacular movimento anarquista e operário desenvolvido em Lourenço Marques a partir de finais do século XIX. Era uma vaga, distante e etérea reminiscência que se me desnudava.

MS – De que resultou o estudo sobre “O Movimento Operário em Lourenço Marques, 1898-1972”.

JC – Perante essa descoberta, logo à chegada, deixei para mais tarde a questão do trabalho forçado e debrucei-me sobre o movimento operário. Foram dois anos de trabalho intenso no CEDIMO de onde transitei para o Arquivo Histórico onde finalizei a investigação.

MS – Como sabe, houve em Angola um movimento idêntico, também com base nos trabalhadores ferroviários. Curiosamente o estudo que fez para Moçambique ainda não tem equivalente para Angola.

JC – Foi na continuidade da minha frequência no Arquivo Histórico que acabaria por me situar nas questões da escravatura e do tráfico de escravos.

A rede do tráfico da costa sudeste era tão importante quanto desconhecida

MS – Foi por essa altura que surgiu a primeira oportunidade de discutir essas questões com colegas franceses? Refiro-me à participação que teve no Colóquio realizado na Ilha Maurícia.

JC – De facto o seminário que refere, em Fevereiro/Março de 1985, abordando o tema da escravatura no Oceano Índico foi determinante na orientação que viria a tomar a investigação subsequente. Os organizadores solicitaram ao Arquivo Histórico a presença de alguém que lhes apresentasse uma perspectiva a partir de Moçambique do fornecimento de escravos às colónias francesas do Índico. Dada a pesquisa a que então procedia sobre o tráfico nos portos

de Moçambique, fui convidado a responder ao convite. Quer a preparação da intervenção, quer as comunicações apresentadas, quer os debates finais, tudo representou a inserção em universo de grande rede histórica de tráfico de escravos em que a intervenção da costa sudeste africana era tão importante quanto desconhecida. O que tudo contribuiu para restringir a minha área da investigação.

MS – Quando chegou ao Arquivo Histórico de Moçambique encontrou facilidades para desenvolver a pesquisa?

JC – Absolutamente: facilidades como não se encontra em parte nenhuma! Mais: à medida que eu ia frequentando o arquivo com assiduidade crescente, na mesma medida iam aumentando as facilidades. Acabaram por me disponibilizar um gabinete privativo que pude utilizar para além dos dias e horas de funcionamento. Beneficiei ainda de uma coincidência irrepetível: o projecto financiado por países nórdicos a favor do resgate da documentação relativa às antigas colónias permitiu que uma equipa de especialistas recuperasse nos arquivos portugueses a que respeitava a Moçambique. Assim tive acesso a toda essa documentação depositada no gabinete à minha disposição.

MS – Como é que essa documentação chegou? Em microfímes ou fotocópias?

JC – Toda microfilmada. Rigorosamente catalogada, com as cotas dos arquivos e bibliotecas respectivos. Posteriormente o Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa alterou a catalogação sem dar a correspondência com a antiga. Quem, como eu, ainda hoje utiliza essa documentação consultada no Arquivo do Maputo está impossibilitado de a referenciar com a cota do arquivo em que se encontra depositada. Sobre o que lá recolhi, ainda hoje, décadas passadas, me debruço frequentemente com o maior proveito.

MS – Voltando atrás, como avalia a receptividade aos seus primeiros trabalhos sobre as rea-

lidades coloniais? Refiro-me especialmente ao “Imposto de Palhota”

JC – A publicação que refere é de 1977. Tudo o que publiquei antes do regresso a Moçambique, no ano seguinte, compreendendo aquilo que me parecia mais flagrante na perversidade da colonização, implicava o trabalho forçado e o imposto de palhota que lhe era colateral. Com a pretensão de publicitar, com apoio documental suficiente, uma situação cuja perversão no quotidiano tinha sido impedida de ser divulgada, a receptividade ultrapassou todas as expectativas. “Moçambique pelo seu povo”, não obstante as apreensões policiais em livrarias, esgotou os largos milhares de exemplares de três edições de 1971 a 1974. A guerra colonial havia despertado uma enorme curiosidade sobre as colónias. Não existia mais informação do que a oficial e a oficiosa.

MS – Seguramente que isso bastaria para lhe dar uma importante projecção internacional. Relativamente à problemática do tráfico, diria que a sua principal investigação está contida no “Tráfico de escravos nos Portos de Moçambique”?

JC – A sua amabilidade. Não diria tanto. No livro que refere procurei rematar e expressar os resultados da investigação desenvolvida ao longo de décadas e levando em conta as críticas com que fui obsequiado, assim como a bibliografia parcelar entretanto vinda a público. Facto era que o tráfico nos portos do sudeste africano a sul de Quíloa não tinha sido objecto de estudo sistemático. Muito menos a conjugação dos sistemas de cativo e de escravatura no *hinterland* e o tráfico a longa distância. Foi o que tentei fazer.

MS – Deve dizer-se que no seu conjunto este campo científico é relativamente recente. Quer dizer, os trabalhos sistemáticos sobre o tráfico de escravos começaram há pouco mais de trinta anos. E por isso há naturalmente o problema de muitas fontes não estarem inventariadas.

JC – E a curiosidade que se alarga à medida que se progride e se pretende conhecer um pouco

mais! Sim, com o senão do eclipse de documentação que existiu e porventura existe sem se saber onde. Livros de registos das alfândegas, onde foram parar? Recenseamentos de escravos, de que apenas restam folhas parcelares da quantificação! Um nunca acabar.

MS – Como é que os seus livros recentes foram recebidos em Moçambique?

JC – A avaliar por aquilo de que me pude aperceber localmente, pela divulgação que tiveram e pelas críticas que sofreram sou levado a crer terem sido bem recebidos.

MS – E para terminar, chegou a ter colaboração com a Universidade Eduardo Mondlane?

JC – Então na qualidade de adido cultural tive o melhor acolhimento tanto da parte da reitoria como da Universidade em geral. Particpei em muitas iniciativas da Universidade. Por sua vez a Universidade acolheu a minha proposta da criação de um curso extra-curricular de História da Literatura Portuguesa que teve um enorme êxito. O número de candidatos ultrapassava sempre as três centenas limitadas à capacidade do maior anfiteatro de Maputo. Curso que presumo manter-se.